



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA – LTDA
FACULDADE DE ITAITUBA – FAI
CURSO DE BACHARELADO EM FARMÁCIA

ANA BEATRIZ SOARES LIMA

**AUTOMEDICAÇÃO: revisão literária dos fatores de risco à saúde do
paciente**

Itaituba, PA

2023

ANA BEATRIZ SOARES LIMA

**AUTOMEDICAÇÃO: revisão literária dos fatores de risco à saúde do
paciente**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Itaituba - FAI, como requisito básico para
a conclusão do Curso de Bacharel em Farmácia.

Orientadora: Prof.^a Me. Cristhianny Almeida e Silva
Aguiar

Itaituba, PA

2023

ANA BEATRIZ SOARES LIMA

**AUTOMEDICAÇÃO: revisão literária dos fatores de risco à saúde do
paciente**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Itaituba – FAI, como requisito básico
para a conclusão do Curso de Bacharel em Farmácia.

Orientador: Prof.^a Me. Cristhianny Almeida e Silva
Aguiar

BANCA EXAMINADORA:

Presidente: _____ Nota: _____

Prof.^a Me. Cristhianny Almeida e Silva Aguiar

Avaliador: _____ Nota: _____

Prof. Nome, titulação

Avaliador: _____ Nota: _____

Prof. Nome, titulação

Resultado: _____ Média: _____

_____ de agosto de 2023

Dedico este trabalho aos meus pais, irmãos e amigos que, de alguma forma, contribuíram para o meu sucesso. Dedico também o professor orientador deste trabalho pela preciosa colaboração.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a **Deus** por me guiar nessa trajetória.

Aos meus pais **Jairo Amorim** e **Claudia Regia**, que sempre estiveram presentes em minha vida, fazendo de tudo, sem medir esforços, para que meus sonhos fossem realizados, tudo que fiz ou irei fazer sempre foi guiado pelo imenso amor que sentem por mim.

Aos meus avós maternos **Expedito Soares** e **Maria Gomes**, pela paciência, e incentivo que me deram durante minha trajetória.

Aos meus avós paternos por me incentivarem a correr atrás dos sonhos e me apoiarem em minhas decisões.

Aos meus irmãos **Lucas Rodrigo**, **Jairo Junior** e **Vitória Kalinna** por estarem presentes na minha vida.

Que os vossos esforços desafiem as impossibilidades, lembrai-vos de que as grandes coisas do homem foram conquistadas do que parecia impossível.

“Charles Chaplin”

RESUMO

Automedicação é o ato em que um indivíduo decide, adquire e utiliza medicamentos com o propósito de aliviar sintomas ou lida com condições de saúde, sem a orientação de um profissional. Os perigos associados a automedicação referem às possíveis consequências negativas à saúde que podem surgir quando pessoas utilizam medicamentos por conta própria. Este estudo objetivou promover conhecimento dos perigos da automedicação, fomentando uma compreensão ampla dos riscos associados a essa conduta. Como metodologia utilizada, empregou-se a pesquisa bibliográfica como abordagem de coleta de informações, por meio da análise abrangente da literatura relacionada a automedicação e riscos ligados à saúde. Além disso, caracteriza-se um estudo de categoria qualitativa, descritiva e analítica, utilizando de pesquisas eletrônicas disponíveis sobre o tema. A partir da análise de informações foi possível perceber a importância de informar as pessoas sobre as consequências atribuídas a esse hábito, a premissa de auto cuidado dispensando a orientação de um profissional foi destacada como a mais recorrente, e dos riscos destacaram-se o erro ou atraso no diagnóstico e o mascaramento de sintomas de um possível grave distúrbio. Enfim, por meio de todo o estudo realizado e do conhecimento científico apresentado foi possível confirmar que a promoção do uso racional de medicamentos pode auxiliar e estimular o processo instrutivo sobre os riscos do uso indiscriminado de medicamentos sem orientação de um profissional da saúde, assim minimizando eventos adversos por automedicação.

Palavras-Chave: Automedicação. Riscos da automedicação. Saúde.

ABSTRACT

Self-medication is the act in which an individual decides, acquires and uses medication with the purpose of relieving symptoms or dealing with health conditions, without the guidance of a professional. The dangers associated with self-medication refer to the possible negative health consequences that can arise when people use medications on their own. This study aimed to promote awareness of the dangers of self-medication, fostering a broad understanding of the risks associated with this conduct. As a methodology used, bibliographical research was used as an approach to collect information, through a comprehensive analysis of the literature related to self-medication and health-related risks. In addition, a qualitative, descriptive and analytical category study is characterized, using electronic research available on the subject. From the analysis of information, it was possible to perceive the importance of informing people about the consequences attributed to this habit, the premise of self-care dispensing with the guidance of a professional was highlighted as the most recurrent, and the risks highlighted were the error or delay in diagnosis and the masking of symptoms of a possible serious disorder. Finally, through the entire study carried out and the scientific knowledge presented, it was possible to confirm that the promotion of the rational use of medicines can help and stimulate the instructive process on the risks of indiscriminate use of medicines without guidance from a health professional, thus minimizing adverse events from self-medication.

Keywords: Self-medication. Risks of self-medication. Health.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1-	Características gerais das referências.....	27
-----------	---	----

LISTA DE FIGURA

Figura 1-	Características gerais das referências.....	25
-----------	---	----

LISTA DE SIGLAS

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária

MIPs – Medicamentos Isentos de Prescrição

OMS – Organização Mundial da Saúde

OTC – Over The Counter

OPAS – Organização Pan-Americana da Saúde

PNM – Política Nacional de Medicamentos

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
2.1 AUTOMEDICAÇÃO	15
2.2 FATORES QUE LEVAM A AUTOMEDICAÇÃO	16
2.3 RISCOS DA AUTOMEDICAÇÃO	18
2.4 MEDICAMENTOS INSETO DE PRESCRIÇÃO	20
2.5 O PAPEL DO FARMACEUTICO NA AUTOMEDICAÇÃO	21
2.6 AUTOMEDICAÇÃO RESPONSÁVEL	23
3 METODOLOGIA	24
3.1 TIPO DE ESTUDO	24
3.2 COLETA DE ESTUDOS	25
3.3 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO	26
3.4 ANÁLISE DOS ESTUDOS	26
3.5 ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA	26
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	27
4.1 OS FATORES QUE LEVAM À PRÁTICA DA AUTOMEDICAÇÃO	31
4.2 OS RISCOS À SAÚDE ASSOCIADOS À AUTOMEDICAÇÃO	32
4.3 O PAPEL DO FARMACEUTICO EM RELAÇÃO À AUTOMEDICAÇÃO	33
4.4 PROMOÇÃO DA PRÁTICA RACIONAL DA AUTOMEDICAÇÃO	34
5 CONCLUSÃO	36
REFERÊNCIAS	37

1 INTRODUÇÃO

Os medicamentos são de grande importância na vida das pessoas, mas tornam-se problemáticos quando o seu uso se transforma em dependência. Embora o autocuidado, incluindo o uso de medicamentos, esteja relacionado à manutenção da saúde, é importante evitar a prática da automedicação. Além disso, vale considerar que automedicar-se é uma prática antiga na história da humanidade, caracterizada por ações realizadas por conta própria para prevenir e tratar doenças (LUPATINI; MUNCK; VIEIRA, 2014).

De forma geral a autoadministração de medicamentos é o ato de utilizar fármacos para benefício próprio sem prescrição médica ou orientação de um profissional capacitado. Nessa prática, o sujeito não busca atendimento médico ou ajuda de outros especialistas para resolver questões relacionadas à sua saúde. O uso de medicamentos sem orientação muitas vezes é influenciado por familiares, amigos, vizinhos, entre outros. Ela pode ocorrer de diversas formas, desde o consumo de sobras de medicamentos antigos até a reutilização de receitas, cujos medicamentos foram eficazes no tratamento de doenças similares no passado (BRITO, 2019).

O consumo de substâncias medicamentosas é considerado um problema de saúde pública que tem gerado preocupação entre as autoridades sanitárias. Não se pode esquecer, entretanto, que embora muitas pessoas pratiquem a auto ingestão de medicamentos com a intenção de cuidar de si mesmas, o uso inadequado e indiscriminado de remédios pode representar um risco para a saúde da população. Cabe salientar que essa questão tem sido debatida de forma polêmica (ARAÚJO; MOYSÉS, 2022).

É importante mencionar que a prática de se automedicar está fundamentada na ideia de cuidar de si mesmo em relação à saúde. O problema, contudo, é que pode acarretar riscos e ter diversas consequências negativas para o bem-estar individual e coletivo. Observa-se, entretanto, que embora essa ação possa ser vista como uma forma de cuidado pessoal autônomo, é importante ressaltar que os perigos envolvidos nessa prática são significativos e podem acarretar prejuízos. Por essa razão, ela é considerada uma preocupação crítica em saúde (GUALANO; BERT *et al.*, 2015).

Os medicamentos são insumos farmacêuticos essenciais para o tratamento de diversas doenças e sintomas, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Assim entende-se de particular importância, que eles são elaborados com

base em estudos científicos e técnicas farmacêuticas avançadas, garantindo sua eficácia e segurança (BRASIL, 2019).

Atualmente, o uso de medicamentos sem prescrição médica é considerado uma parte integrante do sistema de saúde e, em geral, é aceito pela sociedade. Ressalta-se, entretanto, que a automedicação, quando realizada de forma responsável, pode contribuir para reduzir os custos dos sistemas de saúde públicos por meio do autocuidado. Por outro lado, com o avanço da indústria farmacêutica e a sua crescente promoção da venda e comercialização de medicamentos, há um aumento na prática da automedicação, o que pode levar ao uso indiscriminado de fármacos (CERQUEIRA; LEITE *et al.*, 2016).

A pesquisa apresentou como objetivo geral promover conhecimento acerca dos perigos da automedicação, fomentando uma compreensão ampla dos riscos associados a essa conduta. Como objetivos específicos, tentou evidenciar os potenciais riscos da automedicação; retratar os principais motivos que levam a automedicação; abordar a importância do profissional de saúde na automedicação, por fim; promover o uso racional de medicamentos. Para isso, buscou-se reunir informações com o propósito de responder ao seguinte problema de pesquisa: Como a autoadministração terapêutica pode apresentar riscos significativos à saúde?

O estudo tem a relevância do desenvolvimento de pesquisas científicas que abordem sobre os riscos da automedicação para a sociedade, a fim de proteger e promover a saúde coletiva, e também contribui para uma sociedade mais saudável, informada e consciente.

Para o desenvolvimento deste trabalho foram utilizadas pesquisas da literatura disponível a respeito do tema, caracterizando-se como um estudo bibliográfico, além de uma pesquisa de caráter qualitativo, descritivo e analítico sobre potenciais riscos e fatores da automedicação. A pesquisa bibliográfica baseou-se em publicações científicas da área da saúde. Avaliando informações gerais recentes sobre o tema.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 AUTOMEDICAÇÃO

Para Noone e Blanchette (2018), o conceito de autocuidado se refere a ações pessoais que visam manter a saúde e controlar doenças autodiagnosticadas. Para isso, é comum o uso de medicamentos que não requerem prescrição médica formal para aliviar sintomas dolorosos, o que se enquadra nesse paradigma. A importância do autocuidado é o processo de independência e autonomia na escolha medicamentosa para o controle da manutenção sobre a própria saúde.

Como descrito por Oliveira (2013), a automedicação é a prática do uso de medicamentos sem orientação de profissionais qualificados. Isto pode ser compreendido, muitas vezes, que diante de sintomas que os afetam, os brasileiros tendem a buscar soluções rápidas para aliviar o desconforto. O mais preocupante, contudo, é constatar que isso inclui o uso de medicamentos comuns como os que tratam gripes, febres e inflamações. Com isso afirmar que a procura inicialmente são orientações leigas, bem como buscar conselhos de amigos próximos, parentes experientes ou até mesmo balconistas de farmácia, a fim de encontrar uma solução medicamentosa.

Para muitos na intenção de um rápido alívio dos sintomas, os medicamentos propriamente ditos "comuns" por serem livres de prescrição e fácil acesso, podem ser vistos como de simples consumo e inofensivos, mas há alguns fatores que se sobrepõe como, frequentemente, os remédios são disponibilizados por terceiros, comumente familiares, amigos ou colegas, que compartilham tanto as medicações quanto a compreensão de como utilizá-las, assim ocasiona uso inadequado de novos medicamentos sem buscar orientação médica (OLIVEIRA, 2013).

Conforme Cerqueira *et al.* (2016), quando um indivíduo apresenta sintomas patológicos e/ou dolorosos e decide tratar-se sem consultar um profissional habilitado, pratica a automedicação. O autor afirma que seria um erro atribuir a pessoa a escolha do medicamento a ser utilizado, sem a competência necessária para avaliar a gravidade dos sintomas, diagnosticar problemas de saúde e selecionar o tratamento adequado. Assim, reveste-se de particular importância a instrução de um especialista. Sob essa óptica, ganha particular relevância sobre a influência de terceiros na decisão

final farmacoterapêutica, com base em experiências prévias bem-sucedidas ou no relato de outras pessoas não especializadas, como familiares e amigos.

Enfatiza-se que a prática do uso de medicamentos de forma inadequada pode acarretar sérios riscos à saúde. O uso desnecessário, assim como a sua utilização em situações improprias, expõe os usuários a riscos de reações indesejáveis e intoxicações medicamentosas, constituindo-se em causa de mortalidade significativa (OLIVEIRA, 2013).

De acordo com Domingues *et al.* (2017), pode-se dizer que a utilização inadequada de medicamentos é um problema grave que afeta muitas pessoas. Neste contexto, fica claro que, segundo instituições de saúde, mais da metade dos remédios são prescritos, dispensados e comercializados de maneira inadequada, o que acaba resultando em seu uso incorreto pelos pacientes. O mais preocupante é constatar que essa situação pode levar a problemas de saúde sérios.

2.2 FATORES QUE LEVAM A AUTOMEDICAÇÃO

De acordo com Carregal e Silveira (2014), são apontados diversos motivos que levam as pessoas a se automedicarem, no entanto, destaca-se a venda sem restrições de receitas, a falta de acesso aos serviços de saúde, os altos custos de consultas médicas e planos de saúde e a necessidade imediata de aliviar sintomas. A falta de informação e a busca por soluções rápidas e baratas fazem com que a população recorra a essa prática arriscada. Fica evidente, diante de quadro um problema grave de saúde pública, pois pode levar a graves efeitos colaterais, intoxicações e até mesmo a morte.

A maioria dos estudos indicam que os sintomas mais comuns que levam as pessoas a recorrerem à automedicação são dor de cabeça, resfriado/gripe, dor muscular e dor de garganta. Cabe salientar que isso pode ser devido ao fato de que esses sintomas são comuns e muitas vezes leves, o que faz com que as pessoas pensem que podem tratar por conta própria (LIMA; SILVA *et al.*, 2018).

No Brasil, a automedicação é um problema grave, e as indústrias de medicamentos contribuem para esse cenário ao patrocinar propagandas apelativas que incentivam os consumidores a adquirir medicamentos isentos de prescrição. Compreender isso é um fator muito importante para conscientizar a população sobre os riscos do uso indiscriminado de medicamentos, e campanhas publicitárias devem

ênfatizar a importância de consultar um profissional farmacêutico. Mas a grande questão é, não apenas ressalta os benefícios, mas também alerta sobre os malefícios que podem surgir como resultado do uso inadequado de medicamentos (TORRES, 2016).

Entende-se que a automedicação pode ser influenciada por experiências anteriores e familiares com os medicamentos. Portanto, significa que indivíduos que já utilizaram determinado medicamento com sucesso em outras ocasiões podem ser mais propensos a se automedicar novamente, especialmente se eles já possuem o medicamento em casa. “Além disso, a frequência da automedicação é influenciada por experiências prévias e familiaridade com os medicamentos” (PONS; KNAUTH *et al.*, 2017).

Domingues *et al.* (2017), afirmam que pessoas com maior nível de escolaridade tendem a possuir maior conhecimento sobre o assunto e, por isso, evitam se automedicar. Por outro lado, pessoas com baixo nível escolar também não se automedicam, mas por motivos diferentes: falta de acesso e recursos financeiros para a compra do medicamento. O mais preocupante, contudo, é constatar que, no entanto, a escolaridade e o conhecimento sobre medicamentos não são garantia de que a pessoa não irá se automedicar.

Ainda no ponto de vista de Domingues *et al.* (2017), as classes sociais que dividem a atual sociedade têm relevante ligação entre o grau de informação e faixa de renda. Pode-se dizer que as classes alta e média apresentam menor propensão à automedicação devido essa questão. Por terem maior poder aquisitivo, as pessoas da classe alta têm mais facilidade em adquirir medicamentos de baixo custo e fácil acesso, porém, por terem maior escolaridade, possuem menos tendência a se automedicar, o que reduz a prática da automedicação. Em contrapartida, a classe média utiliza mais o SUS, onde a prescrição é necessária para a obtenção de medicamentos. Já a classe baixa apresenta uma alta prevalência de automedicação, com estudos indicando que mais de 80% dos indivíduos adeptos da prática pertencem a essa faixa social.

As características da falta de informação ou orientação sobre a terapia medicamentosa e o uso desnecessário de medicamentos são um dos principais fatores para a ocorrência de efeitos adversos. É fundamental entender que quando os indivíduos não possuem informações adequadas sobre como usar um determinado medicamento, elas podem acabar tomando doses incorretas, misturando

medicamentos que não deveria misturar, ou até mesmo interrompendo o tratamento antes do tempo recomendado. Dessa maneira, pode aumentar significativamente o risco de ocorrerem efeitos adversos (SOUSA, FONTELES, *et al.*, 2018).

Ferreira e Carvalho (2021), destacam que a automedicação e a venda irregular de medicamentos são problemas sérios que afeta a saúde pública. Neste aspecto, fica claro que essa prática é motivada pela dificuldade de acesso aos sistemas de saúde, como planos de saúde e consultas médicas. Assim, preocupa o fato de que com isso leva as pessoas a buscarem soluções por conta própria. Além disso no Brasil, não há uma regulamentação que permita a venda de medicamentos sem prescrição médica.

2.3 RISCO DA AUTOMEDICAÇÃO

Para Iuras *et al.* (2016), é preciso evidenciar, contudo, que automedicação pode ser danoso tanto para a saúde individual como para a coletiva, já que até mesmo medicamentos de venda livre, que são vistos como inofensivos e sem efeitos adversos, têm o potencial de ocasionar reações de hipersensibilidade, intoxicações, hemorragias digestivas, dependência e outros problemas.

Existem diversos riscos relacionados à automedicação, incluindo a possibilidade de atraso no diagnóstico ou diagnóstico incorreto, uma vez que o uso de medicamentos pode mascarar sintomas e levar ao agravamento de distúrbios. Além disso, o uso inadequado de medicamentos, incluindo administração incorreta, dosagem inadequada e uso prolongado, pode resultar em graves danos à saúde, como reações alérgicas e intoxicações (MATOS; PENA *et al.*, 2018).

Tendo em vista que o uso inadequado de medicamentos pode levar à dependência, como o hábito de tomar um anti-inflamatório sempre que sentir dor, é necessário esclarecer que com o tempo, isso pode causar dependência ao princípio ativo do medicamento, resultando em resistência aos seus efeitos. O resultado é que doses cada vez mais altas podem ser necessárias para obter alívio da dor (CLAVERO, 2016).

É interessante, que muitas pessoas acreditam que, os medicamentos de venda livre por serem isentos de prescrição, não causam risco em seu uso. No entanto do ponto de vista de Soterio e Santos (2016), destaca que os MIP (Medicamentos Isentos de Prescrição), são geralmente considerados seguros e eficazes quando utilizados de

forma correta. Entretanto, a questão maior é: se utilizados de forma incorreta, esses medicamentos podem causar riscos à saúde.

Consequentemente, os pacientes podem incorrer em erros ao autodiagnosticar seus sintomas e utilizar Medicamentos Isentos de Prescrição (MIPs) de forma imprópria, o que pode mascarar a presença de uma doença mais séria que precisa ser avaliada por um médico. Com isso alguns indivíduos também podem utilizar doses diárias maiores do que as recomendadas na bula do medicamento, presumindo que isso levará a efeitos mais intensos ou mais rápidos (CHANG, LIZER, *et al.*, 2016).

Selecionar um medicamento inadequado, tomar doses acima do limite recomendado ou utilizar Medicamentos Isentos de Prescrição de forma inapropriada aumentam o risco de toxicidade e ocorrência de eventos adversos (KINSEY e NYKAMP, 2017).

Se os medicamentos forem usados de forma inadequada, isso pode levar a uma série de problemas de saúde, como hipersensibilidade, resistência bacteriana, estimulação desnecessária da produção de anticorpos, dependência, distúrbios hematológicos, irritação e infecções na pele, danos no fígado, insuficiência renal, insuficiência cardíaca e intoxicação por medicamentos, que podem variar em gravidade de leve a moderada a grave, e em alguns casos, podem até levar à morte do indivíduo (Souza *et al.*, 2018; Lima e Oliveira, 2019).

De fato, a automedicação pode representar diversos perigos para a saúde de um indivíduo. Com isso, é importante observar, entretanto, que os medicamentos apresentam numerosos efeitos colaterais, e seu uso irracional pode resultar em danos significativos e poucos benefícios, incluindo intoxicação, interações medicamentosas, camuflagem de diagnósticos de doenças devido ao alívio dos sintomas, reações alérgicas, dependência, resistência aos medicamentos, confusão entre medicamentos decorrente de armazenamento inadequado, ingestão de substâncias após a data de validade e tratamento ineficaz causado por armazenamento inadequado (MATOS, PENA, *et al.*, 2018).

O consumo de medicamentos, independentemente do tipo, sempre envolve riscos. É importante que o uso de medicamentos leve em consideração a relação entre os benefícios e os riscos, com os benefícios para o paciente sendo superiores aos riscos representados pelo seu uso. Para avaliar essa relação, é necessário considerar critérios técnico-científicos, as particularidades do paciente e o conhecimento sobre a doença em questão (ANVISA, 2021).

2.4 MEDICAMENTOS INSETOS DE PRESCRIÇÃO (MIP'S)

Os medicamentos que podem ser comprados pelos consumidores em farmácias de autoatendimento sem a necessidade de prescrição médica são conhecidos como medicamentos de venda livre (CLAVERO, 2016).

Conforme informações da ANVISA, os Medicamentos Isentos de Prescrição (MIP's), também conhecidos como OTC ou de venda livre, são destinados ao tratamento de transtornos menores e podem ser comercializados sem a necessidade de prescrição médica. Esses medicamentos são considerados seguros e eficazes, desde que utilizados de acordo com as informações presentes em seus rótulos e bulas, e são indicados para tratar sintomas e condições de menor gravidade. Vale ressaltar, entretanto, que é importante que os consumidores tenham conhecimento sobre os MIP's e seus efeitos, bem como utilizá-los de forma responsável, evitando possíveis riscos à saúde (OLIVEIRA, 2021).

A questão da automedicação com Medicamentos Isentos de Prescrição (MIP's) surge porque esses medicamentos podem ser comercializados sem necessidade de prescrição médica e são geralmente considerados seguros. No entanto, se a dose recomendada e o propósito terapêutico não forem respeitados, é possível desencadear eventos adversos, intoxicações, baixa adesão ao tratamento e ineficácia do tratamento (MARTINS, 2019; VICTORINO, 2021).

Vale *et al.* (2018), afirmam que o uso de Medicamentos Isentos de Prescrição (MIP's) deve ser realizado somente com a orientação de um profissional capacitado, mesmo que esses medicamentos sejam considerados relativamente seguros. É importante destacar que, apesar de sua segurança, esses medicamentos ainda podem causar efeitos colaterais, reações adversas, alergias e interações com outros medicamentos. Portanto, é fundamental que o uso desses medicamentos seja feito com responsabilidade e orientação adequada, evitando possíveis riscos à saúde do paciente. Nesse sentido, a atuação do profissional habilitado é fundamental para garantir a segurança e eficácia do tratamento, contribuindo para a promoção da saúde do paciente.

Os MIP's são os remédios mais populares em todo o mundo, representando 31% do mercado farmacêutico global. Eles são mais acessíveis ao público em geral, pois não exigem uma receita médica, e podem ser facilmente encontrados em farmácias e drogarias. De acordo com a Instrução Normativa (IN) nº 11/2016, eles são

classificados em várias categorias, incluindo analgésicos, anti-inflamatórios, antiácidos, laxantes, antidiarreicos, antimicrobianos tópicos, antifúngicos, antissépticos, vitaminas, aminoácidos, minerais e outros (MARINHO; MEIRELLES, 2021).

O uso de MIP's é uma prática de autocuidado e faz parte do uso racional de medicamentos. No entanto, para que essa prática seja efetiva e segura, é fundamental que o paciente receba orientações adequadas, especialmente do farmacêutico. Nesse contexto, é essencial enfatizar a importância da indicação e prescrição farmacêutica de MIP's, bem como a orientação do paciente sobre o uso adequado desses medicamentos. Isso ressalta a importância da atuação do profissional farmacêutico na promoção do uso racional e seguro de MIP's (MOTA; PEREIRA *et al.*, 2020).

2.5 O PAPEL DO FARMACEUTICO NA AUTOMEDICAÇÃO

O farmacêutico é o profissional de saúde que tem contato direto com os consumidores durante o processo de aquisição de medicamentos e outras substâncias relacionadas. Por esse motivo, é fundamental que o farmacêutico forneça orientações adequadas aos pacientes sobre as terapias disponíveis e recomendadas para tratar sua condição, incluindo informações sobre a dosagem correta, a forma de uso, possíveis efeitos colaterais e contraindicações relevantes (MARINHO; MEIRELLES, 2021).

É certo que o farmacêutico desempenha um papel fundamental no cuidado pessoal do paciente, monitorando cuidadosamente sua terapia medicamentosa e, assim, ajudando a minimizar e prevenir problemas decorrentes do uso inadequado de medicamentos sem prescrição médica (MIP's). Vale ressaltar, entretanto, que o farmacêutico tem um papel crucial na farmacovigilância em saúde, identificando e auxiliando os pacientes no tratamento de doenças, graças ao seu vasto conhecimento técnico nessa área (RODRIGUES; SANTOS *et al.*, 2018).

É comum que pacientes mascarem os sintomas de doenças ao fazerem uso próprio de medicamentos, muitas vezes em doses elevadas, o que pode ser altamente prejudicial à saúde. O problema é que não se pode deixar de evidenciar que a atenção farmacêutica tem o potencial de ajudar e orientar adequadamente os pacientes em relação à administração adequada de medicamentos, incluindo a dosagem, horários e duração do tratamento, além de alertar sobre os efeitos colaterais decorrentes do

uso inadequado dessas substâncias. Vale lembrar que a redução da automedicação só será possível quando houver uma disseminação adequada de informações à população, o que torna a atuação do farmacêutico fundamental nesse processo (SOTERIO; SANTOS, 2016).

Esse profissional tem fortalecido as iniciativas voltadas para a utilização adequada de medicamentos em farmácias e drogarias, orientando e instruindo a população em relação a todos os aspectos associados aos medicamentos. Portanto consequentemente, desempenha um papel significativo na promoção da saúde e é corresponsável pela melhoria da qualidade de vida da população (HALILA; CZEPUŁA *et al.*, 2015).

De fato, o profissional farmacêutico possui uma ampla gama de conhecimentos quando se trata do uso adequado de medicamentos, graças a sua formação técnica e às habilidades que possui para identificar potenciais eventos adversos decorrentes do uso dessas substâncias. Com isso, é importante observar, a atuação do farmacêutico na sociedade é de extrema relevância, tanto no âmbito individual quanto em equipes multidisciplinares. Aliás, sua contribuição é inegavelmente valiosa para a obtenção de resultados positivos que beneficiam os pacientes de forma significativa (SANTANA, 2017).

Na opinião de Barbosa e Nerilo (2017), o farmacêutico tem o papel fundamental de orientar o paciente sobre o uso adequado dos medicamentos, bem como analisar diversas situações relacionadas à patologia do paciente. Neste contexto, fica claro que é importante o farmacêutico compreenda o histórico da patologia, desde o seu início até a descrição completa dos sintomas, além de avaliar fatores que podem agravar ou aliviar os sintomas. Outro aspecto relevante é a análise das características pessoais do paciente, como idade e sexo, a fim de compreender melhor as particularidades do caso em questão. Ademais, o profissional deve avaliar possíveis tratamentos anteriores realizados pelo paciente, para identificar possíveis reações adversas ou interações medicamentosas. Dessa forma, a atuação do farmacêutico é crucial para garantir uma intervenção mais assertiva e segura, contribuindo para a promoção da saúde do paciente.

De acordo com a Lei nº 13.021/2014, as farmácias são estabelecimentos que prestam serviços de assistência farmacêutica à saúde e fornecem orientação individual e coletiva, sendo exigida a presença de um farmacêutico em tempo integral durante o horário de funcionamento, como estabelecido pelo Conselho Federal de

Farmácia. É de grande importância que os farmacêuticos orientem os pacientes sobre o uso de medicamentos isentos de prescrição, pois isso pode ajudar a reduzir os riscos de automedicação e efeitos colaterais indesejáveis, através da prescrição farmacêutica (OLIVEIRA, 2021; POSSAGNO, 2015).

2.6 AUTOMEDICAÇÃO RESPONSÁVEL

Para a Organização Pan-Americana da Saúde e a Organização Mundial da Saúde o que poderia ser feito para melhorar o uso racional de medicamentos, caracterizando-se como automedicação responsável. É recomendado que as nações estabeleçam iniciativas a nível nacional com o objetivo de incentivar a utilização responsável de remédios por meio da adoção de políticas, estruturas, divulgação de informações e ações educativas (OPAS/OMS, 2016).

De acordo com Albarra *et al.* (2008), afirmam que quando realizada de maneira adequada, a automedicação também pode ter um papel na mitigação de sintomas e na diminuição da pressão sobre os serviços de saúde públicos. Nesta situação, a automedicação de forma consciente, uma abordagem reconhecida como parte integrante do sistema de saúde pela Organização Mundial da Saúde (OMS), envolve a direção do paciente pelo farmacêutico na gestão de sintomas leves, usando somente medicamentos isentos de prescrição médica (MIP's) destinados ao tratamento de tais sintomas menores.

Para Yousef *et al.* (2008), neste cenário, torna-se evidente a urgência de aplicar a automedicação responsável de maneira eficaz, na qual a responsabilidade recai sobre o próprio paciente, pois é ele quem escolhe o medicamento a ser empregado em seu tratamento. Contudo, é essencial que o paciente receba informações apropriadas para selecionar o medicamento, uma tarefa que recai sobre o farmacêutico. Este profissional deve fornecer ao paciente orientações que direcionem a escolha para medicamentos que não apresentem riscos à sua saúde (HANNA *et al.*, 2010).

3 METODOLOGIA

3.1 TIPO DE ESTUDO

Para o desenvolvimento da pesquisa foi realizado pesquisas intensas à literatura disponível a respeito do tema, o que caracteriza o estudo como uma abordagem bibliográfica, de natureza qualitativa, descritiva e analítica sobre os fatores e potenciais riscos da automedicação à saúde.

Segundo Marconi e Lakatos (2003), a pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, querem publicadas, quer gravadas.

Segundo Silva (2004), a pesquisa qualitativa considera que existe uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, ou seja, um elo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito, que não se traduz em números. A interpretação dos fenômenos selecionados e a atribuição são fundamentais no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta de coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritivo. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e sua importância são o foco principal da abordagem.

Silva e Menezes (2001), compreendem que pesquisa descritiva visa descrever as características de uma determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática. Geralmente, assume a forma de uma pesquisa.

Para Gil (2008), A pesquisa analítica é uma leitura seletiva de natureza crítica, desenvolvida com objetividade. É importante identificar as intenções do autor. Isso significa que, na leitura analítica, o pesquisador deve adotar atitude de objetividade, imparcialidade e respeito. É importante que o pesquisador procure compreender antes de relutar. Nem sempre essa tarefa é simples, sobretudo quando o objetivo do

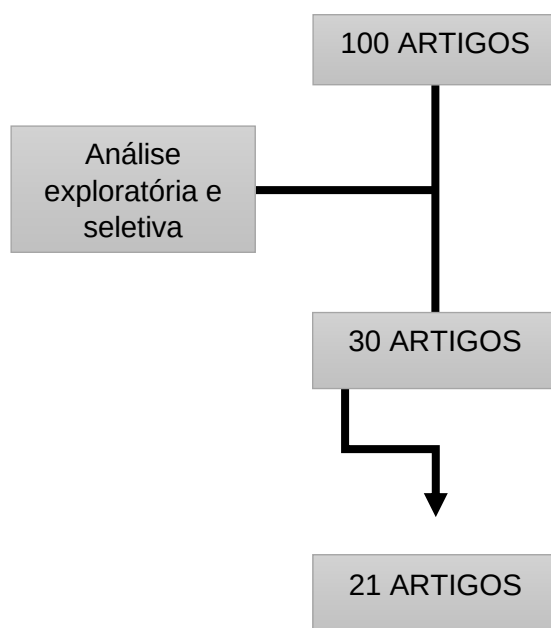
pesquisador é o de testar uma hipótese de cuja veracidade esteja convencido antes de iniciar o trabalho de leitura analítica.

3.2 COLETA DE ESTUDOS

O estudo utilizou-se de diversas informações, artigos e acervos bibliográficos publicados no período de 2014 a 2022, respondendo aos objetivos propostos pela pesquisa. A obtenção das informações se deu por meio da pesquisa eletrônica disponíveis nas plataformas como: Scientific Electronic Library Online (SciELO), Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (Medline), Literatura Latino-Americana em Ciências da Saúde (Lilacs), Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (Bireme) e o Google Acadêmico. A seleção dos artigos ocorreu no período de 14 de março de 2023 a 12 de agosto de 2023, obtendo assim material teórico para o embasamento científico.

Foram encontrados 100 artigos através de uma leitura preliminar dos quais foram excluídos 50, totalizando 30 pesquisas para uma leitura integral, criteriosa e objetiva. Destas, 30 foram selecionadas, mas apenas 20 perfizeram o total da amostra, como podemos observar na figura 01.

Figura 1 - Características gerais das referências



3.3 CRITERIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

Foram adotados os seguintes critérios de inclusão: artigos em português com texto completo disponível eletronicamente, artigos em inglês traduzidos para português com texto completo disponível eletronicamente, publicação em periódico nacional e internacional dispostos online no período de 2014 a 2023.

Os critérios de exclusão adotados foram baseados em artigos que não seguiram o foco principal desta pesquisa, publicações sem referência e artigos que não atenderam aos critérios de busca, nem a delimitação de tempo proposto para estudo.

3.4 ANÁLISE DOS ESTUDOS

Foram selecionados cerca de 100 artigos científicos, obtidos através de meios de pesquisa disponíveis digitalmente, para a obtenção deste foram utilizados filtros de pesquisa, e os seguintes descritores: automedicação, riscos da automedicação, MIP's, papel do farmacêutico, automedicação responsável, com filtro de ano para 2014 a 2023, o que possibilitou filtrar o conteúdo da pesquisa para a obtenção de dados mais precisos acerca do tema proposto neste trabalho. Destes, foram descartados 70 por não ter identificação com o tema em questão.

3.5 ASPECTOS ETICOS DA PESQUISA

Por se tratar de uma pesquisa bibliográfica não se fez necessário a aplicação do TCLE. Ressalta-se também, que os direitos autorais foram respeitados, sendo que, todos os autores utilizados para a produção deste trabalho devidamente citados na lista de referências. É importante enfatizar que na elaboração desta monografia os princípios éticos do trabalho científico foram considerados, uma vez que este está isento de plágio.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A revisão sistemática ocorreu em três fases: (I) planejamento: em que as diretrizes da pesquisa foram baseadas em um protocolo; (II) condução: que consistiu na realização da busca e seleção dos trabalhos de interesse de acordo com a inclusão e exclusão dos critérios definidos no protocolo e, por fim, (III) a fase de extração de dados: que permitiu examinar os estudos selecionados conhecer o estado da arte na área sob investigação.

No protocolo definido para a fase de planejamento, foram especificadas as seguintes questões de pesquisa: "Quais informações e conhecimento acerca da automedicação?"; "Quais os motivos que levam as pessoas a se automedicarem?"; "Qual é o papel desempenhado pelo farmacêutico diante da automedicação?"; e "Quais as políticas que asseguraram o uso racional de medicamentos?".

Conforme o quadro 01 apresentasse características como ano, título, autores e objetivo referentes aos artigos sob estudo, ressaltando 20 artigos e suas referências.

Quadro 01 - Características gerais das referências

ANO	TÍTULO	AUTORES	OBJETIVO
1998	Portaria nº 3.916, de 30 de outubro de 1998. Ministério da saúde, Brasil.	Serra.	Garantir a necessária segurança, eficácia e qualidade dos medicamentos, a promoção do uso racional e o acesso da população àqueles considerados essenciais.
2004	Automedicação com antimicrobianos para o tratamento de infecções urinária em estabelecimento farmacêutico de fortaleza(ce)	Menezes; Oliveira; Cunha; Pinheiro; Bezerra.	Avaliar o índice de automedicação para infecções urinárias em pacientes que procuraram um estabelecimento farmacêutico, na cidade de Fortaleza, para a compra de um antimicrobiano.
2008	Self-Medication Patterns in Amman, Jordan.	Yousef; Al-Bakri; Bustanji; Wazaify.	Estabelecer uma base de dados sobre a extensão da automedicação entre os jordanianos e avaliar possíveis fatores associados à automedicação, para que futuras

			intervenções possam ser documentadas e planejadas.
2008	Analysis and quantification of self-medication patterns of customers in community pharmacies in southern Chile.	Albarrán; Zapata.	Determinar a frequência da automedicação, os tipos de medicamentos envolvidos, as dosagens utilizadas e os motivos dessa prática.
2010	Fascículo II – Medicamentos Isentos de Prescrição	CRF-SP	Fornecer subsídios ao profissional farmacêutico, para que ele possa orientar adequadamente o paciente sobre o uso correto, seguro e racional dos Medicamentos Isentos de Prescrição, contribuindo para a prevenção, proteção e promoção da saúde da população.
2010	'First, Do No Harm': Factors that Influence Pharmacists Making Decisions about Over-the-Counter Medication.	Hanna; Hughes.	Explorar os fatores que influenciam a seleção de produtos pelo farmacêutico e o papel da prática baseada em evidências nesta decisão.
2014	Analysis of the self-medication pattern among Brazilian users of the public health system.	Carregal; Silveira.	Reforçar a necessidade de informar a população sobre o uso adequado de medicamentos, bem como medidas adequadas para garantir o fornecimento de produtos necessários, eficazes, seguros e acessíveis.
2015	Review of the efficacy and safety of over-the-counter medicine.	Halila; Czepula; Otuki; Correr.	Revisar a disponibilidade e qualidade das revisões sistemáticas publicadas sobre medicamentos isentos de prescrição, identificando os grupos para os quais

			há lacunas de evidência.
2016	What can be done to improve rational use of medicines?	Organização Pan-Americana da Saúde.	Medidas para promover o uso racional de medicamentos.
2016	Orientações aos pacientes no uso correto dos medicamentos prescritos: Um dever dos profissionais de saúde.	Clavero.	Elaborar um plano de intervenção para capacitar enquanto as orientações corretas para o uso dos medicamentos, os membros da equipe de saúde.
2016	Influência da propaganda de medicamentos sobre o consumo em uma comunidade universitária de João Pessoa-PB.	Torres.	Avaliar, a relação usuário/propaganda/consumo a partir das impressões dos universitários do campus I da Universidade Federal da Paraíba sobre as propagandas de medicamentos.
2016	Prescription to over-the-counter switches in the United States.	Chang; Lizer; Patel; Bhatia; Tan; Balkrishnan.	Ajudar os pacientes a administrar seu próprio tratamento com medicamentos OTC.
2017	Prevalência e fatores associados à automedicação em adultos no Distrito Federal: estudo transversal de base populacional.	Domingues; Galvão; Andrade; Araújo; Silva; Pereira.	Estimar a prevalência e investigar fatores associados à automedicação em adultos no Distrito Federal, Brasil.
2017	Atenção farmacêutica como promotora do uso racional de medicamentos.	Barbosa ; Nerilo.	Evidenciar a importância da prática farmacêutica como promotora do uso racional de medicamentos, bem como dos métodos de intervenção.
2017	Predisposing factors to the practice of self-medication in Brazil: Results from the National Survey on Access, Use and Promotion of Rational Use of Medicines (PNAUM).	Pons; Knauth; Vigo; Group; Mengue.	Compreender os fatores predisponentes que levam à prática da automedicação e os fatores associados ao uso de medicamentos por automedicação na população adulta do Brasil.

2017	Dangers of nonprescription medicines: Educating and counseling older adults.	Kinsey; Nykamp.	Fornece uma revisão para profissionais de saúde sobre educação e aconselhamento apropriados para idosos envolvendo medicamentos não prescritos comumente usados com potencial para efeitos adversos, interações medicamentosas ou toxicidade quando selecionados incorretamente ou usados em excesso.
2018	Prevalência, perfil e fatores associados à automedicação em adolescentes e servidores de uma escola pública profissionalizante.	Matos; Pena; Parreira; Santos; Vital.	Avaliar a prevalência, o perfil e fatores associados à automedicação na população do Instituto Federal Minas Gerais/Ouro Preto, constituída principalmente por adolescentes.
2018	Prevalência e características dos eventos adversos a medicamentos no Brasil.	Sousa; Fonteles; Monteiro; Mengue; Bertoldi; Pizzol; Arrais.	Descrever a prevalência e fatores associados a eventos adversos a medicamentos (EAM) referidos por usuários de medicamentos no Brasil.
2018	A atenção farmacêutica na avaliação da segurança e da eficácia do uso off-label de dulaglutida no tratamento do sobrepeso e obesidade.	Rodrigues; Santos; Yoshida; Mariúba.	Avaliar através da prática da atenção farmacêutica, a segurança e a eficácia do uso off-label de dulaglutida, no tratamento da obesidade, e ainda, verificar suas vantagens em comparação aos fármacos anorexígenos.
2021	A influência da propaganda de medicamentos na prática da automedicação: um problema de saúde pública.	Ferreira; Carvalho.	Revisar outros referencias teóricos de como a propaganda de medicamentos por meio dos meios de comunicação influencia na prática de automedicação.

Com base na leitura sistemática do material foi possível traçar quatro pontos de inteligibilidade para aspectos de conhecimento acerca dos fatores de risco à saúde por automedicação, eles são:

Categoria 1: Os fatores que levam a prática da automedicação;

Categoria 2: Os riscos à saúde associados à automedicação;

Categoria 3: O papel do farmacêutico em relação à automedicação;

Categoria 4: Promoção da prática racional da automedicação.

4.1 OS FATORES QUE LEVAM A PRÁTICA DA AUTOMEDICAÇÃO

De acordo com Carregal e Silveira (2014), é notório que existem diversos motivos que levam as pessoas a se automedicarem, porém, a venda indiscriminada de medicamentos, a falta de acesso aos serviços de saúde, os altos custos das consultas médicas e dos planos de saúde e a urgência em aliviar os sintomas são os mais destacados. Destaca também que, a falta de informação e a busca por soluções rápidas e baratas fazem com que muitas pessoas recorram a essa prática perigosa. Diante desse contexto, fica evidente que existe um sério problema de saúde pública, virtude de que a automedicação pode resultar em efeitos colaterais graves, intoxicações e, em casos extremos, até mesmo a morte.

Corroborando com essa ideia Sousa *et al.* (2018), afirma que um dos principais fatores que contribuem para a ocorrência de efeitos colaterais é a falta de orientação ou informação adequada sobre a terapia medicamentosa e o uso desnecessário de medicamentos. E salienta que é crucial compreender que, quando as pessoas não possuem informações precisas sobre o uso correto de um determinado medicamento, elas podem ingerir doses inadequadas, misturar medicamentos que não devem ser combinados ou até mesmo interromper o tratamento prematuramente. Portanto, essas ações aumentam significativamente o risco de efeitos colaterais ocorrerem.

Para Ferreira e Carvalho (2021), a automedicação e a comercialização irregular de medicamentos constituem um problema significativo que afeta a saúde pública. É aponta que essa prática ocorre devido à dificuldade de acesso aos sistemas de saúde, como planos de saúde e consultas médicas, o que leva as pessoas a procurarem soluções por conta própria. E relata que no Brasil, não há uma regulamentação que permita a venda de medicamentos sem prescrição médica.

Segundo Torres (2016), no Brasil, a automedicação é um grande problema, e as indústrias de medicamentos contribuem para essa realidade ao patrocinarem propagandas apelativas que incentivam os consumidores a comprarem medicamentos isentos de prescrição. Destaca, que é essencial compreender esse cenário para conscientizar a população sobre os riscos associados ao uso indiscriminado de medicamentos, e campanhas publicitárias devem enfatizar a importância de consultar um farmacêutico profissional. No entanto, é fundamental que tais campanhas não apenas enfatizem os benefícios, mas também alertem sobre os efeitos adversos que podem surgir devido ao uso inadequado de medicamentos.

Pons *et al.* (2017), afirmam que a automedicação pode ser afetada pelas experiências passadas e familiares com os medicamentos. Por conseguinte, isso implica que pessoas que já usaram um determinado medicamento com êxito em ocasiões anteriores podem ser mais inclinadas a se automedicar novamente, especialmente se já possuem o medicamento em casa. Nesse sentido, a frequência da automedicação é influenciada pelas experiências prévias e familiaridade com os medicamentos

Domingues *et al.* (2017), falam que existe uma correlação entre o nível de escolaridade e a automedicação. Salienta que pessoas com maior nível de instrução possuem mais conhecimento sobre o assunto e, portanto, evitam se automedicar. Já pessoas com baixa escolaridade também não se automedicam, porém por outras razões, como a falta de recursos financeiros para comprar o medicamento. Entretanto, é relevante constatar que nem a escolaridade nem o conhecimento sobre medicamentos são garantias de que a pessoa não irá se automedicar.

4.2 OS RISCOS À SAÚDE ASSOCIADOS À AUTOMEDICAÇÃO

Para Matos *et al.* (2018), é compreendido que a automedicação pode acarretar sérios riscos à saúde devido a diversos fatores. É fundamental reconhecer tais riscos para compreender as complicações que podem surgir. Há diversos perigos associados à automedicação, como o risco de retardar ou realizar um diagnóstico incorreto, uma vez que a utilização de medicamentos pode encobrir sintomas e piorar transtornos. Além de que, a utilização inadequada de medicamentos, incluindo a

administração incorreta, dosagem inadequada e uso prolongado, pode resultar em danos graves à saúde, tais como alergias e intoxicações.

Para Clavero (2016), considera que a utilização inadequada de medicamentos pode gerar dependência, dando como exemplo o costume de ingerir um anti-inflamatório a cada vez que sentir dor, é imprescindível destacar que isso pode levar à dependência do princípio ativo do remédio, o que pode ocasionar resistência aos seus efeitos. Como resultado, doses crescentes podem ser requeridas para obter o alívio da dor.

De acordo com Chang e Lizer *et al.* (2016), os pacientes podem cometer equívocos ao realizar um autodiagnóstico dos seus sintomas e fazer uso inadequado de Medicamentos Isentos de Prescrição (MIPs), o que pode encobrir a existência de uma doença mais grave que necessita de avaliação médica. Desse modo, alguns indivíduos também podem ingerir quantidades diárias superiores às recomendadas na bula do remédio, presumindo que isso proporcionará efeitos mais intensos ou mais rápidos.

Na opinião de Matos e Pena *et al.* (2018), a automedicação pode acarretar diversos riscos para a saúde de um indivíduo. Com isso ressaltar que os medicamentos possuem vários efeitos adversos e seu uso indiscriminado pode levar a prejuízos significativos e poucos benefícios, tais como intoxicação, interações medicamentosas, dificuldade no diagnóstico de doenças devido ao alívio dos sintomas, reações alérgicas, dependência, resistência aos medicamentos, confusão entre remédios decorrentes de armazenamento inadequado, ingestão de substâncias após a data de validade e tratamento ineficaz por conta de armazenamento inadequado.

Segundo Kinsey e Nykamp (2017), destacam alguns fatores relevantes que induzem aos riscos como: escolha de um medicamento inadequado, exceder a dose recomendada ou fazer uso inadequado de Medicamentos Isentos de Prescrição. Com isso conduz a um aumento na possibilidade de riscos com toxicidade e efeitos colaterais indesejados.

4.3 O PAPEL DO FARMACÊUTICO EM RELAÇÃO À AUTOMEDICAÇÃO

Para Rodrigues *et al.* (2018), o papel do farmacêutico no cuidado pessoal do paciente é de grande importância, pois ele é responsável por monitorar atentamente

a terapia medicamentosa e, desse modo, ajudar a minimizar e prevenir problemas relacionados ao uso impróprio de Medicamentos Isentos de Prescrição (MIPs). Além do mais, é importante destacar que o farmacêutico exerce um papel essencial na farmacovigilância em saúde, detectando e auxiliando os pacientes no tratamento de doenças, graças à sua ampla habilidade especializada nessa área.

Halila *et al.* (2015), afirmam que o farmacêutico desempenha um papel essencial nas farmácias e drogarias, contribuindo para a promoção do uso correto de medicamentos e instruindo os pacientes sobre os diversos aspectos associados a esses produtos. Sua atuação é crucial para fortalecer as iniciativas relacionadas à saúde e é corresponsável pela melhoria da qualidade de vida da população, o que enfatiza sua importância na promoção da saúde.

Segundo Barbosa e Nerilo (2017), o papel do farmacêutico é essencial para orientar o paciente sobre o uso correto dos medicamentos, bem como analisar diversos aspectos relacionados à patologia do indivíduo. Nesse contexto, é importante que o farmacêutico tenha uma compreensão abrangente do histórico da patologia, incluindo a descrição completa dos sintomas, além de avaliar fatores que possam agravá-los ou aliviá-los. Também é relevante considerar as características pessoais do paciente, como idade e sexo, para entender melhor as particularidades do caso em questão. Além disso, o profissional deve analisar tratamentos anteriores realizados pelo paciente a fim de identificar possíveis reações adversas ou interações medicamentosas. Portanto, a atuação do farmacêutico é fundamental para garantir uma intervenção segura e eficaz, contribuindo para a promoção da saúde do paciente.

4.4 PROMOÇÃO DA PRÁTICA RACIONAL DA AUTOMEDICAÇÃO

Segundo a Organização Pan-Americana da Saúde e a Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS, 2016), é possível aprimorar a prática da automedicação responsável através da implementação de medidas que engloba uma série de diretrizes destinadas ao uso racional de medicamentos.

De acordo com o contexto, a OPAS/OMS sugere medidas para aprimorar o uso adequado de medicamentos, incluindo: Estabelecer um órgão nacional para coordenar políticas e monitorar o impacto dos medicamentos; Desenvolver diretrizes clínicas baseadas em evidências para treinamento e apoio na tomada de decisões;

Criar listas de medicamentos essenciais para aquisição e reembolso; Instituir comissões de medicamentos em distritos e hospitais para supervisionar o uso adequado; Introduzir treinamento em farmacoterapia nas formações e educação médica continuada obrigatória; Tornar informações imparciais sobre medicamentos acessíveis para profissionais e consumidores; Promover a educação pública sobre medicamentos; Eliminar incentivos financeiros inadequados para prescrição; Regular atividades promocionais de acordo com critérios éticos; Garantir financiamento adequado para medicamentos e equipe de saúde (OPAS/OMS, 2016).

Com base neste ponto, a OMS emitiu orientações para a análise dos remédios adequados para serem utilizados na automedicação. Conforme essas diretrizes, esses medicamentos devem apresentar eficácia, confiabilidade, segurança e serem convenientes e simples de usar, permitindo que os consumidores os utilizem por conta própria (MENEZES *et al.*, 2004).

É interessante, aliás, afirmar a importância de políticas públicas para assegurar o uso racional (CRFSP, 2010). No contexto do Brasil, essa temática é mencionada na Política Nacional de Medicamentos (PNM), aprovada por intermédio da Portaria nº 3.916 de 1998, como um elemento fundamental da Política Nacional de Saúde. Com o objetivo de assegurar a eficácia, segurança e qualidade dos produtos medicamentosos, bem como fomentar o uso racional e garantir o acesso da população a remédios considerados vitais, o documento incorpora diversas diretrizes e prioridades (SERRA, 1998).

Conforme observado acima é relevante salientar uma das diretrizes presentes na PNM trata da Promoção do Uso Racional de Medicamentos e enfatiza a importância de priorizar a instrução dos usuários sobre os perigos da automedicação, da interrupção e substituição dos medicamentos prescritos, bem como da necessidade de prescrição para a distribuição de medicamentos tarjados. Estabelece que essas questões serão foco de atividades direcionadas tanto para os profissionais responsáveis pela prescrição quanto para os encarregados da dispensação, e propõe a adaptação dos currículos dos cursos de formação destinados aos profissionais da área da saúde (SERRA, 1998).

5 CONCLUSÃO

Diante dos fatos foi possível alcançar os objetivos do estudo, compreendendo como a automedicação pode trazer riscos à saúde de pacientes, assim como, os elementos que impulsionam essa conduta, através da relevância do desenvolvimento de pesquisa e trabalhos científicos que retratem sobre os riscos da automedicação para a sociedade, afim de fomentar discursões de informações apropriadas sobre o tema no meio profissional da área da saúde e para a população, assim, promovendo o bem estar coletivo e contribuindo para uma massa mais saudável, informada e consciente sobre uso de fármacos.

A literatura identificou que a noção de autocuidado sem a devida orientação profissional emerge como uma séria preocupação de alcance público na área da saúde. O consumo de substancias medicamentosas de forma independente sempre envolve riscos, e a prática de autocuidado faz parte do uso racional de medicamentos. Portanto, a autoadministração terapêutica apresenta riscos significativos à saúde devido à falta de conhecimento especializado, a falta de informação ou orientação sobre a terapia medicamentosa e o seu uso desnecessário.

Para que essa prática seja efetiva e segura, é fundamental que o indivíduo receba orientações efetivas, especialmente do farmacêutico ou médico. Além de que o farmacêutico desempenha uma atribuição crucial na minimização dos riscos associados a automedicação e na promoção do uso consciente de medicamentos. Devido o amplo conhecimento sobre drogas e sua utilização adequada, portanto desempenhar uma conduta educativa e orientativa para os pacientes.

REFERÊNCIAS

- ANVISA. Notificação de eventos adversos a medicamentos. **Comunicado GGMON**, 003/2021.
- ALBARRÁN, F, K; ZAPATA, V, L. Analysis and quantification of self-medication patterns of customers in community pharmacies in southern Chile. **Pharmacy world & science**, v. 30, p. 863-868, 2008.
- BRASIL. Imprensa Nacional. Diário Oficial da União. **Resolução - RDC Nº 301, de 21 de agosto de 2019**. Dispõe sobre as Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos. Diário Oficial da União. 22 ago 2019. Brasília (DF): Diário Oficial da União, 2019.
- BARBOSA, M.; NERILO, S. B. Atenção farmacêutica como promotora do uso racional de medicamentos. **Revista Uningá Review**. Paraná, v. 30, n. 2, p.82-86, 2017.
- CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO (CRFSP). Fascículo II — Medicamentos isentos de prescrição. Brasília, 2010.
- CARREGAL, D. C.; SILVEIRA, L. O. P. **Analysis of the self-medication pattern among Brazilian users of the public health system**. **PeerJ PrePrints**, 2014.
- CERQUEIRA, G. S. et al. Automedicação em acadêmicos: um estudo transversal. **Boletim Informativo Geum**, v. 7, n. 1, p. 19, 2016.
- CLAVERO, V. F. G. **Orientações aos pacientes no uso correto dos medicamentos prescritos**: Um dever dos profissionais de saúde. MG: Sete Lagoas, 2016.
- CHANG, J. et al. Prescription to over-the-counter switches in the United States. **Journal of Research in Pharmacy Practice**, v. 5, n. 3, p. 149, 2016.
- DOMINGUES, P. H. F. et al. Prevalence and associated factors of self-medication in adults living in the Federal District, Brazil: a cross-sectional, population-based study. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 26, p. 319-330, 2017.

DE ARAÚJO MOYSÉS, D. et al. O papel do farmacêutico no controle, orientação e prevenção da automedicação em idosos: uma revisão da literatura. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 5, p. e37211528232-e37211528232, 2022.

DE BRITO, M. A. Leitura e discussão de reportagem sobre propaganda e uso off label de medicamentos com alunos de curso de Graduação em Farmácia. **Rev. Bras. Farm**, v. 93, n. 3, p. 385-391, 2019.

DE OLIVEIRA, F. S. Orientação farmacêutica frente ao uso de medicamentos isentos de prescrição (MIPs): uma revisão de literatura. 2021.

DE SOUSA MARINHO, L. N.; MEIRELLES, L. M. A. Os riscos associados ao uso de medicamentos isentos de prescrição. **Revista saúde multidisciplinar**, v. 9, n. 1, 2021.

DO VALE, B. N. As responsabilidades do farmacêutico na prescrição farmacêutica. **Revista Cereus**, v. 10, n. 3, p. 179-201, 2018.

DE SOUZA, A. S. A.; PEREIRA, S. R.; SARAIVA, E. M. S. Caracterização da população Usuária de Medicamentos isentos de prescrição no Brasil. 2018.

FERREIRA, I. S.; DE CARVALHO, C. J. S. A influência da propaganda de medicamentos na prática da automedicação: um problema de saúde pública. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 5, p. 47642-47652, 2021.

GUALANO, M. R. et al. Use of self-medication among adolescents: a systematic review and meta-analysis. **The European Journal of Public Health**, v. 25, n. 3, p. 444-450, 2015.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HALILA, G. C. et al. Review of the efficacy and safety of over-the-counter medicine. **Brazilian Journal of Pharmaceutical Sciences**, v. 51, p. 403-414, 2015.

HANNA, L. A; HUGHES, C. M. 'First, do no harm': factors that influence pharmacists making decisions about over-the-counter medication: a qualitative study in Northern Ireland. **Drug safety**, v. 33, p. 245-255, 2010.

IURAS, A. et al. Prevalência da automedicação entre estudantes da Universidade do Estado do Amazonas (Brasil). **Revista Portuguesa de estomatologia, medicina dentária e cirurgia maxilofacial**, v. 57, n. 2, p. 104-111, 2016.

KINSEY, J. D.; NYKAMP, D. Dangers of nonprescription medicines: Educating and counseling older adults. **The Consultant Pharmacist®**, v. 32, n. 5, p. 269-280, 2017.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos da metodologia científica. 5. ed. **São Paulo**: Atlas, 2003.

LIMA, M. M.; DE OLIVEIRA ALVIM, H. G. Riscos da automedicação. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, v. 2, n. 4, p. 212-219, 2019.

LIMA, D. M. et al. Avaliação da prática da automedicação em acadêmicos do curso de farmácia em uma instituição privada de ensino superior em Fortaleza-CE. **Revista Expressão Católica Saúde**, v. 2, n. 1, p. 17-22, 2018.

LUPATINI, E. D. O.; MUNCK, A. K. R.; VIEIRA, R. D. C. P. A. Percepções dos pacientes de um hospital de ensino quanto à farmacoterapia e à orientação farmacêutica na alta. **Revista Brasileira de Farmácia Hospitalar e Serviços de Saúde**, v. 5, n. 3, 2014.

MENEZES, E. A. et al. Automedicação com antimicrobiano para o tratamento de infecção urinária em estabelecimento farmacêutico de Fortaleza. **Infarma**, v. 16, n. 11, p. 56-59, 2004.

MATOS, J. F. et al. Prevalência, perfil e fatores associados à automedicação em adolescentes e servidores de uma escola pública profissionalizante. **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 26, p. 76-83, 2018.

MOTA, K. et al. Medicamentos isentos de prescrição (MIP): o farmacêutico pode prescrever, mas ele sabe o que são?. **Revista de la OFIL**, v. 30, n. 1, p. 52-55, 2020.

MARTINS, L. P. Critérios racionais que orientem a prescrição farmacêutica de medicamentos isentos de prescrição. **Pós-Graduação em Ciência da Saúde**, 2019.

NOONE, J.; BLANCHETTE, C. M. The value of self-medication: summary of existing evidence. **Journal of medical economics**, v. 21, n. 2, p. 201-211, 2018.

OLIVEIRA, G. C. D. Introdução à Ciências Farmacêuticas. **Copyright**. São Paulo, 2013. p.126.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. What can be done to improve rational use of medicines?. **Regional Office for the Americas of the World Health Organization**, EUA, 3, Março 2016. Disponível em: <<https://www.paho.org/en/node/53528>>. Acesso em: 3 de ago. de 2023.

PONS, E. S. et al. Predisposing factors to the practice of self-medication in Brazil: Results from the National Survey on Access, Use and Promotion of Rational Use of Medicines (PNAUM). **PLoS One**, v. 12, n. 12, p. e0189098, 2017.

POSSAGNO, G. C. H.; CLAZER, G. Atuação do farmacêutico em farmácias comunitárias provadas e pesquisas de evidências sobre medicamentos isentos de prescrição. **Universidade Federal do Paraná-Curitiba**, 2015.

RODRIGUES, B. M. et al. A atenção farmacêutica na avaliação da segurança e da eficácia do uso off-label de dulaglutida no tratamento do sobrepeso e obesidade. **Revista Saúde em Foco**, v. 10, p. 850-861, 2018.

SERRA, J. Portaria nº 3.916, de 30 de outubro de 1998. Ministério da Saúde, Brasil. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/1998/prt3916_30_10_1998.html. Acesso em: 16 de agosto 2023.

SILVA, C. R. O. **Metodologia e Organização do projeto de pesquisa (GUIA PRÁTICO)**. Fortaleza – CE: Centro Federal de Educação Tecnologia do Ceará, 2004.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. Metodologia de pesquisa e elaboração de dissertação. Rev. Atual., Florianópolis, n.3, p. 121, 2001.

SOTERIO, K. A.; DOS SANTOS, M. A. A automedicação no Brasil e a importância do farmacêutico na orientação do uso racional de medicamentos de venda livre: uma revisão. **Revista da Graduação**, v. 9, n. 2, 2016.

SANTANA, K. D. S. O papel do profissional farmacêutico na promoção da saúde e do uso racional de medicamentos. 2017.

SOUSA, L. A. O. D et al. Prevalência e características dos eventos adversos a medicamentos no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, 2018.

TORRES, L. V. et al. Influência da propaganda de medicamentos sobre o consumo em uma comunidade universitária de João Pessoa-PB. 2016.

VICTORINO, R. R. Automedicação: fatores que influenciam a intenção de compra dos consumidores de medicamentos isentos de prescrição (MIPs). 2021.

YOUSEF, A. et al. Self-medication patterns in Amman, Jordan. **Pharmacy World & Science**, v. 30, p. 24-30, 2008.